

ACERVOS MUSEOLÓGICOS E A CIDADE:

PENSANDO O ACESSO
AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

PABLO GOBIRA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE,
MINAS GERAIS, BRASIL.

Professor doutor da Escola Guignard e do Programa de Pós-Graduação em Artes, da
Universidade do Estado de Minas Gerais. Pesquisador CNPq e coordenador do grupo
de pesquisa Laboratório de Poéticas Fronteiriças (<http://labfront.tk>).

E-mail: pablo.o.gobira@gmail.com

FERNANDA CORRÊA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE,
MINAS GERAIS, BRASIL.

Mestre em Artes pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

E-mail: fernandalcorrea@gmail.com

KARLA DANITZA DE ALMEIDA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL.

Graduação em Gestão do Terceiro Setor pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

E-mail: karladalmeida@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p267-286>

RECEBIDO

26/09/2017

APROVADO

19/06/2019

ACERVOS MUSEOLÓGICOS E A CIDADE: PENSANDO O ACESSO AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL

PABLO GOBIRA, FERNANDA CORRÊA, KARLA DANITZA DE ALMEIDA

RESUMO

Discutimos, neste trabalho, os acervos artísticos em instituições públicas na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Buscamos compreender como tais espaços têm (ou não têm) desenvolvido políticas de acesso ao seu patrimônio artístico e cultural voltadas para contextos locais (município, estado e país) e internacionais. Procuramos amparo no debate internacional sobre políticas de cultura voltadas para os acervos, bem como analisamos a política local impactada pela relativamente recente preocupação na cidade com as características museológicas de seus equipamentos, como a Política Nacional de Museus (PNM), o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O enfoque em Belo Horizonte se dá objetivamente na escolha de três acervos: o Acervo Artístico Museológico da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o acervo do Museu de Arte da Pampulha (MAP) e o acervo da Academia Mineira de Letras (AML).

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Acervo museológico. Memória social.

MUSEOLOGICAL COLLECTIONS AND THE CITY: THINKING ABOUT ACCESS TO THE ARTISTIC AND CULTURAL HERITAGE

PABLO GOBIRA, FERNANDA CORRÊA, KARLA DANITZA DE ALMEIDA

ABSTRACT

We discuss, in this paper, the art collections in public institutions in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. We seek to comprehend how these spaces have (or have not) developed policies for cultural access in local (municipality, state, and country) and international contexts. We base our reflections on the international debate on culture policies geared to collections, as well as to analyze the local politics impacted by the relatively recent concern in the city with the museological characteristics of its cultural equipment such as the National Museum Policy (PNM), the Brazilian Museum System (SBM) and United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). The focus in Belo Horizonte is objectively on the selection of three collections: the Museological Art Collection of the State University of Minas Gerais (UEMG), the collection of the Pampulha Art Museum (MAP) and the collection of the Minas Gerais Academy of Letters (AML).

KEYWORDS

Cultural heritage. Museum collection. Social memory.

1 INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que preserva, um acervo pode apartar o seu conteúdo do mundo exterior. Pensar o acervo numa instituição pública é pensá-lo como uma abertura necessária ao mundo ao seu redor, já que pode propiciar a diminuição da distância que os objetos arquivados tendem a conservar. O acervo também pode guardar e gerar conhecimento cultural de um povo e sua identidade, e com isso se abre a intervenções variadas, permitindo novas configurações e gerando novos questionamentos.

Este trabalho tem como base uma pesquisa iniciada no Laboratório de Poéticas Fronteiriças¹ e aborda questões sobre as políticas públicas voltadas para acervos artísticos em instituições públicas na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil. Buscamos averiguar como (e se) tais espaços têm desenvolvido políticas de acesso em contextos locais e internacionais em relação ao seu patrimônio artístico (das artes visuais, da literatura etc.) e cultural.

Entre os espaços de memória escolhidos para o estudo estão o Acervo Artístico Museológico da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o acervo do Museu de Arte da Pampulha (MAP) e o acervo da Academia Mineira de Letras (AML).

1. Cf. <http://labfront.tk>.

Neste trabalho estamos considerando como Acervo Artístico Museológico da UEMG o Acervo da Escola Guignard e o Acervo Alberto e Priscila Freire. O Acervo da Escola Guignard surgiu a partir de um projeto concebido e coordenado pela professora Zenir Amorim em 2007, em que foi estabelecido o processo de organização do acervo artístico e documental da Escola Guignard, fundada pelo artista Alberto da Veiga Guignard. Já o Acervo Alberto e Priscila Freire, doado pela colecionadora Priscila Freire para a UEMG em fevereiro de 2014, abarca uma coleção com telas de Alberto da Veiga Guignard, Tarsila do Amaral, José Pancetti, cerâmicas do Vale do Jequitinhonha, gravuras, esculturas e tapeçarias de outros artistas renomados. A doação também inclui uma chácara no bairro São Bernardo (Belo Horizonte), onde a artista ainda reside (GOBIRA; CORRÊA; ALMEIDA, 2015). Em 2015, o espaço foi aberto para um primeiro encontro com uma aula aberta de desenho de paisagem e uma visita à coleção. O espaço poderá abarcar, no futuro, o Memorial Alberto e Priscila Freire, o Núcleo de Experimentação e Pesquisa em Arte da Escola Guignard (UEMG), uma reserva ambiental e projetos de inclusão social.

O MAP é parte integrante do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em julho de 2016. O acervo do museu é composto de obras de artistas como: Sara Ávila, Jarbas Juarez, Miguel Gontijo, Iberê Camargo, Amilcar de Castro, Cildo Meireles, Cao Guimarães, Alberto da Veiga Guignard, Vik Muniz, Nuno Ramos, Tomie Ohtake, entre outros. No entanto, apesar do recente título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o MAP passou por restauração em 2016 (BUZATTI, 2016), mas ainda aguarda por reformas.

Outro espaço tratado é a AML e seu acervo, que a partir de 2016 passou a compor o Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Apesar de a AML integrar o circuito de eventos culturais da cidade com debates, palestras, performances, oficinas de escrita criativa e outros, seu acervo se encontra disponível apenas para pesquisa acadêmica mediante agendamento prévio. No entanto, no *Plano Anual* da AML (2016), disponibilizado pelo Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), vemos um objetivo específico voltado para a questão acervística para o ano de 2016 que chama atenção: “perpetuar e difundir o acervo literário por meio da disponibilização do acervo em ambiente digital e de projetos expositivos específicos”

(ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b). Todavia, até o momento não foi divulgado nada acerca da execução de tal objetivo.

Este artigo se estrutura em quatro partes, sendo a primeira, esta introdução, seguida de uma seção sobre a cidade, o patrimônio e a política cultural, em que discutimos os planos de cultura e refletimos sobre o contexto atual pós-Plano Nacional de Cultura (PNC). Na terceira seção apresentaremos os acervos a serem analisados em diálogo com o público através de suas leis, planos e documentos do poder público. Ao final, apresentamos as nossas considerações sobre as políticas culturais de acesso relacionadas ao espaço da cidade e dos acervos, pensando sobre a realidade encontrada.

2 CIDADE, PATRIMÔNIO E POLÍTICA CULTURAL

2.1 A cidade e o patrimônio

A cidade pensada como “um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação” (LEMOS, 1981, p. 29) parece ser oposta à ideia de preservação. A cidade de outrora, ao ser tratada como figura museológica, se torna um objeto frágil e singular, como as obras conservadas nos museus, sendo colocada fora do circuito da vida (CHOAY, 1999).

Vemos a cidade de outrora em centros históricos, bairros e edificações que são simultaneamente monumento e tecido vivo, como sugere Françoise Choay (1999) em *A alegoria do patrimônio*. A autora também afirma que as formações antigas apenas alcançaram suas identidades de patrimônio ao obstruírem a reorganização do espaço urbano, transformando a cidade material em objeto do saber. A relação entre preservação, patrimônio e cidade incorpora a ideia de cenário. Mas podemos perguntar: somente a conservação de cenários da cidade, “pois nunca soubemos preservar outros documentos de nossas antigas populações urbanizadas” (LEMOS, 1981, p. 35), seria suficiente para caracterizar os tempos continuamente fundados, os lugares em expansão, o urbano, a falta de lugar, a descentralização, a mobilidade? O conceito de patrimônio cultural universal, instituído pela *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO, 1972), basta para pensar a cidade para além dos seus cenários usualmente preservados?

A cidade, além de ser em si um artefato, se compõe de múltiplos artefatos que se interligam (LEMOS, 1981). Seus artefatos, ora institucionais, ora particulares, são suas identidades. Com isso, a cidade perdura além dos cenários: ela está nos espaços ocupados por sua identidade. Entendemos que museus, acervos, arquivos e coleções são em si artefatos da cidade que, por sua vez, são constituídos de outros artefatos (documentos institucionais e pessoais, livros, obras de arte, arquivos pessoais, arquivos audiovisuais) que se estendem para além das meras descrições e imagens objetivas da cidade.

Concebemos, então, que a preservação da cidade se encontra além da conservação de cenários e que a preservação de artefatos, tais como documentos institucionais e pessoais, livros, obras de arte, coleções, acervos e arquivos, pode contribuir para se caracterizar a cidade de uma forma relativamente contemporizada.

2.2 A política cultural para a cidade

Nos últimos anos o Brasil manteve diálogos constantes com a sociedade civil para a criação e implementação de planos, políticas, programas e projetos que mantivessem consonância com o previsto na Constituição Federal de 1988 (CF/88), um período de intensos debates e de resultados que têm dado contornos às políticas públicas para a cultura. Os artigos 215 e 216 da CF/88 são as balizas para tal construção e correspondem às aspirações deste texto:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 2016).

Com diretrizes clarificadas após uma gama de debates, o estado brasileiro criou e vem executando políticas com vistas à proteção de sua história cultural, de seu patrimônio e conseqüentemente de seus acervos. Entre as propostas encontramos o PNC, a Política Nacional de Museus (PNM), o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e os instrumentos orçamentários

e gerenciais que orientam suas criações – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA). Atuando de maneira integrada, os entes federados, ou seja, União, Distrito Federal, estados e municípios, criam de maneira local e autônoma suas políticas de cultura.

Em nosso trabalho, que pretende analisar a relação entre o público (entendido de maneira ampla) e os acervos artísticos, buscamos considerar os planos e outras políticas que são desenvolvidas em Belo Horizonte. Na cidade, o Plano Municipal de Cultura (PMC) é também o resultado de um amplo processo de diálogo entre o poder público e os representantes da sociedade civil, seja ela organizada ou representada por indivíduos pertencentes às diversas áreas que integram a discussão sobre a cultura. Com decreto do ano de 2015, o plano trata de linhas mestras para a definição dos contornos da política pública no município. Carregado de desafios, o PMC decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte para o período de 2015 a 2025, conforme especificado no Anexo Único desta lei.

Parágrafo único – O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte é um instrumento de gestão em médio e longo prazo, no qual o poder público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo (BELO HORIZONTE, 2015a).

Temas como *promoção e difusão, valorização da história, da memória e do patrimônio cultural* do município estão presentes nos objetivos do Plano Municipal de Cultura. Estreitamente os itens XIII e XIV do artigo 1º do capítulo IV do Plano darão conta das discussões sobre patrimônio e acervos. Esses itens apresentam, no discurso, aquilo que o município pretende sobre suas ações de proteção, acesso e difusão. Ainda que haja pontuações para as discussões, cabe a cada equipamento cultural a definição de seu funcionamento, com a criação de planos museológicos, regimentos internos e/ou normas de funcionamento.

2.3 A Política Nacional de Museus

A PNM, ativa desde 2003, tem em seu eixo programático nº 2 implicações diretas sobre nossa proposta de entendimento do diálogo possível entre o público e os acervos. Tal eixo apresenta perspectivas sobre as ações a serem executadas pelos museus no intuito de fortalecer tal encontro. São elas:

1. Criação de redes de informação entre os museus;
 2. Desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativos;
 3. Mecanismos para informatização e disponibilização de acervos;
 4. Inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea;
 5. Eventos e circulação de exposições;
 6. Publicação da produção intelectual e científica;
 7. Ações de democratização do acesso aos museus;
 8. Cooperação técnica e socialização de experiências
- (BRASIL, 2003, p. 2).

No total, a PNM propõe sete eixos que perpassam pela garantia de difusão e acesso aos acervos conservados em museus: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; 7) aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

A PNM foi o ponto de partida para a criação do Sistema Brasileiro de Museus, instituído por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que tem por finalidade:

promover a interação entre os museus brasileiros; o registro e disseminação dos conhecimentos do campo museológico; a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, conservação e difusão entre as unidades museológicas que integram o Sistema (TOLENTINO, 2007, p. 7).

Tendo esses documentos em vista é possível pensar, nas próximas páginas, as instituições em foco e as suas políticas próprias de constituição acervísticas. Para isso, nosso ponto de partida são as décadas de debates

e políticas (desde a CF/88 até programas, sistemas, leis e decretos diversos) que legitimam o direito ao acesso ao patrimônio artístico e cultural. Analisaremos a constituição dos acervos em foco e as suas políticas (caso existam) de acesso ao patrimônio artístico e cultural.

3 ACERVOS EM DIÁLOGO COM O PÚBLICO

Propomos aqui apresentar e analisar acervos localizados na cidade de Belo Horizonte. Com isso, objetivamos apontar o que tem sido realizado em termos de políticas públicas de acesso e, principalmente, conjecturar como essas instituições dão visibilidade aos seus acervos.

3.1 Academia Mineira de Letras

A sede da AML está situada no Palacete Borges da Costa, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) de Minas Gerais desde 1988. Ela é composta por duas construções, o palacete e um anexo (também tombado pelo Iepha). A AML é um dos equipamentos culturais do Circuito Cultural da Praça da Liberdade, sendo que se mantém por meio de parcerias público-privadas e parcerias com instituições públicas federais. Para compreendermos as políticas de acesso da AML, fundamentamos nossa análise no seu site (ACADEMIA..., 2019), nas *Efemérides da Academia Mineira de Letras* (OILIAM, 2009), nos projetos *Casa da Palavra* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016a) e *Plano anual* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b), aprovados pela Lei de Incentivo à Cultura no ano de 2016 e disponibilizados on-line pelo Salic, além de visitas ao acervo.

Foi possível identificar inicialmente em nossa análise três importantes lugares de memória na AML: seu acervo, sua revista e suas *Efemérides*, que serão apresentados a seguir para melhor entendimento sobre as políticas de acesso da instituição. A *Revista da Academia* possui periodicidade trimestral e traz textos tanto de seus membros quanto de outros autores, além de oferecer ao leitor textos diversos, que vão desde crítica até poesia. Já as *Efemérides da Academia Mineira de Letras*, cuja primeira edição surgiu em 1980, remontam à memória documental dos seus eventos, das suas dificuldades e realizações, dos seus membros, das suas publicações e das suas relações com a cidade. Sua última edição abarca o período de 1909 a 2008. Tal publicação apresenta, assim, as políticas públicas até então realizadas pela instituição.

Outro lugar de memória da Academia é o seu acervo que, segundo a publicação *Plano anual* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b), possui 28.200 livros, 3.800 periódicos cadastrados na base de dados e 5.000 cartas e correspondências sem catalogação. Ele foi organizado em nove coleções, estabelecidas a partir da origem das doações, além da biblioteca que contém as produções dos membros da Academia e da biblioteca de doações de diversos autores. A Academia também abriga a Coleção Carlos Drummond de Andrade, composta dos originais de mais de 400 crônicas do poeta.

Durante as visitas à sede da Academia, foi observada a existência de problemas de manutenção do espaço físico, uma vez que a casa, por ser antiga, não pode suportar determinada quantidade de peso no segundo andar, local onde se encontra grande parte do acervo. Outro problema verificado é que outra parte da coleção se encontra no antigo porão da casa. Apesar de estar organizada, a coleção se encontra sob uma forma pouco favorável de armazenamento, pois não há luz nem circulação de ar no local. As inúmeras doações de autores que enviam suas publicações não encontram um lugar específico na casa, sendo armazenadas em local provisório e, muitas vezes, sendo doadas para campanhas de arrecadação de livros.

Ao analisarmos as *Efemérides* (OILIAM, 2009), foram verificadas algumas políticas de acesso iniciais em contextos locais em relação ao patrimônio artístico e cultural da instituição. Percebemos também que a formação acervística da instituição tem como principal fundamento as doações feitas pelos próprios membros da Academia e por seus familiares, sendo que a única aquisição da Academia, o Acervo Eduardo Frieiro, ocorreu em 1981 através de subsídio. Esse acervo foi também o único a ser exposto, no ano de 2008.

No que se refere ao acervo da instituição (conforme constatado na consulta às *Efemérides*), houve a aprovação, em 2004, através de lei de incentivos fiscais, de uma proposta para reorganização e informatização das bibliotecas da instituição, seguida de uma afirmação acerca de um projeto da diretoria para *abrir* o acervo para o público (OILIAM, 2009). Foi observado, durante uma visita técnica realizada em 2016, que o acervo bibliográfico se encontra cadastrado em uma base de dados gerenciada pelo

programa Sophia; no entanto, o acesso se restringe a uma consulta local por meio de um computador que tem outras finalidades além da consulta ao acervo. O acervo arquivístico/documental, por outro lado, foi mencionado no *Plano anual* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b) no que tange à “carência de instrumentos de descrição e indexação”. Além disso, consta nesse plano (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b) que 40% do acervo da AML precisa de algum tipo de restauração.

No ano de 2006, segundo as *Efemérides* (OILIAM, 2009), a AML assinaria um protocolo com o Ministério da Educação sobre compartilhamento de arquivos digitais que permitiria a inclusão do acervo de autores mineiros da biblioteca da AML no domínio público. Todavia não há qualquer outra menção ao protocolo nos anos seguintes, e as obras dos autores ainda não se encontram disponíveis em domínio público.

A questão acervística é um dos objetivos específicos tratados no *Plano anual* da AML (2016b): “Perpetuar e difundir o acervo literário por meio da disponibilização do acervo em ambiente digital e de projetos expositivos específicos”. Ao analisarmos o *Plano anual* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b), verifica-se que a ação de conservação do acervo iria recuperar 30% do acervo em 2016 e que o tratamento de 100% dele seria garantido até o ano de 2019. Entretanto, essa é apenas uma das ações que propõe a AML, entre as quais se encontram: manutenção e conservação patrimonial, ação educativa (Dia de Visita – literatura e memória), ações integradas (residência literária e divulgação de vídeos na *web*) e ação de comunicação. Ao final do texto do projeto *Plano anual* (ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS, 2016b), a disponibilização do acervo em ambiente digital e os projetos expositivos específicos não estavam integrados nas descrições pormenorizadas das ações propostas.

Observamos que a AML tem conservado sua identidade, seu passado e o passado da cidade com as *Efemérides* (OILIAM, 2009), mas também os preserva ao abrigar as coleções de escritores mineiros recebidas por meio de doações. Perguntamo-nos: a AML estaria perpetuando restos de outro tempo? Seu acervo possui uma abertura necessária, que se propõe a diminuir a distância do objeto conservado? Seu acervo gera conhecimento da produção cultural da cidade? Ou estaria a AML atuando apenas como um centro cultural?

A ideia de continuidade que sugere o verbo “perpetuar” requer um desenho de possibilidades para o acesso ao acervo da instituição. Acreditamos que: seria importante a AML insistir na aquisição de novos acervos selecionados pela própria instituição através de projetos de subsídio; se houve a exposição de apenas uma das coleções, há a necessidade de propor projetos específicos e parcerias com outras instituições para a exposição constante de seu acervo (ou itens/curadorias específicas de seu acervo); e que a elaboração de um projeto cujo objetivo seja a adequação do acervo a um espaço virtual seria coerente, pois assim seu alcance abarcaria tanto o âmbito nacional quanto o internacional e permitiria o início de uma plenitude do acesso ao acervo.

Tal projeto poderia ter a universidade como parceira. Promover-se-ia, com isso, uma colaboração interinstitucional que poderia acarretar o estabelecimento de determinada aproximação para estudos da produção cultural da cidade de Belo Horizonte na comunidade acadêmica.

3.2 Acervo Artístico Museológico da UEMG

A UEMG é uma instituição multicampi que possui cinco unidades em Belo Horizonte (Escola de Design, Escola Guignard, Escola de Música, Faculdade de Educação, e Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”) e outras unidades em 15 cidades no interior do estado de Minas Gerais. O Acervo Artístico Museológico da UEMG se constitui de dois espaços distintos localizados na cidade de Belo Horizonte: o Acervo Alberto e Priscila Freire e o Acervo Artístico e Documental da Escola Guignard.

A Escola Guignard, fundada em 1944 pelo artista Alberto da Veiga Guignard, oferece hoje os cursos de bacharelado e licenciatura em Artes Plásticas e abriga o seu acervo artístico e documental, que teve um projeto de organização e preservação promovido e coordenado pela professora Zenir Amorim em 2007. O acervo permaneceu inacessível ao longo dos anos devido à fragilidade do seu estado de conservação. Entre as peças recuperadas do acervo estão documentos, objetos, desenhos, pinturas, mobiliário, fotografias e cadernos de estudos de Guignard, documentos e mobiliário da Escola Guignard, além de peças de outros artistas brasileiros.

Ao final do projeto foram contabilizadas 903 peças, que estariam disponíveis na Escola Guignard para pesquisa. Desde a conclusão de sua organização, em 2009, o acervo teve apenas duas exposições, a primeira

justamente quando finalizado o projeto, e a seguinte como forma de celebração dos 70 anos da Escola Guignard, em 2014. A publicação do *Catálogo do Acervo Artístico e Museológico Escola Guignard*, em 2009, nos permite visualizar somente parte dos objetos, documentos e obras que compõem o acervo, não apresentando o seu inventário.

Atualmente o acervo não está disponível à comunidade interna e externa para acesso de forma periódica, e também não realiza exposições, o que impede, de certo modo, o acesso a sua produção cultural e artística. Em outra ocasião (GOBIRA; CORRÊA; ALMEIDA, 2015) já apontamos a necessidade de haver promoção do acesso ao acervo através de exposições e do estabelecimento de horários fixos de visitação ao local. Também seria importante considerar a possibilidade de disponibilização do acervo ao público por meio digital, favorecendo não somente a difusão de um patrimônio artístico e cultural da cidade de Belo Horizonte, mas também a pesquisa em arte e cultura no Brasil.

O Acervo Alberto e Priscila Freire foi recebido pela UEMG em 2014 e é composto de uma coleção de cerâmica, tapeçaria, esculturas, gravuras e telas de diversos artistas consagrados, incluindo Alberto da Veiga Guignard. O acervo se encontra na chácara Santa Eulália, em Belo Horizonte (que também foi doada para a instituição), residência atual da colecionadora Priscila Freire. Dois anos após a doação ainda não há projeto definitivo para o acervo. Somente houve abertura do espaço uma vez, em 2015, para um primeiro encontro, que consistiu em uma aula aberta de desenho de paisagem e uma visitação à coleção.

A última notícia acerca do acervo foi divulgada em outubro de 2015, após a aula aberta, e alude ao projeto de institucionalização do espaço como fundamentado em quatro ações. A primeira delas será a futura abertura do memorial ao público, seguida da instauração de um Núcleo de Experimentação Artística para os alunos da Escola Guignard e para a comunidade. A terceira ação consistiria na elaboração de um inventário da flora e fauna locais por ilustradores botânicos convidados. A quarta ação seria a realização de um projeto de inserção da comunidade local no espaço. Ainda foi divulgado que desde a doação, em 2014, está sendo realizada a catalogação do acervo artístico pela colecionadora Priscila Freire e pelo atual diretor da Escola Guignard, o professor Adriano Gomide.

Foi anunciado também que estão sendo desenvolvidas pesquisas e visitas a outros locais que possam servir de modelo para a administração do memorial (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015).

Entendemos que a UEMG precisa ainda articular e implementar políticas culturais que abarquem o acesso tanto da comunidade interna (estudantes, professores, servidores técnico-administrativos) quanto da comunidade externa à universidade, a fim de gerar pesquisa e de permitir que a universidade, a comunidade em seu entorno e a cidade possam constituir e compreender sua identidade cultural.

A UEMG vem sendo reestruturada desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil julgou inconstitucional a Lei Complementar nº 100 de 2007, por meio da qual o Governo de Minas Gerais havia efetivado (sem concurso) servidores do estado. A partir desse resultado do julgamento e de seu impacto no corpo docente da UEMG, a universidade tem procurado se reestruturar por meio da abertura de concursos (Universidade do Estado de Minas Gerais, 2016).

Tendo em vista essa condição, que se iniciou em 2014 – por ser multicampi, ter por volta de 19 mil estudantes e a maioria do seu corpo docente atualmente ser composta por professores em vínculo precário –, é compreensível a dificuldade em se estruturar um plano de cultura. Espera-se que através de concursos e da efetivação de docentes essa reestruturação se acelere e facilite a construção de um plano que englobe debates acerca dos acervos da universidade.

3.3 MAP: Conjunto Arquitetônico da Pampulha

Marco na arquitetura moderna brasileira, o MAP nasceu para fazer parte de um complexo de lazer idealizado por Juscelino Kubitschek, então prefeito da cidade de Belo Horizonte. Projetada por Oscar Niemeyer, à época ainda pouco conhecido por seus trabalhos, a edificação iniciou sua história como cassino: o Cassino da Pampulha (1942-1944). Com vida curta, pouco mais de três anos, o espaço deixou de ser local para jogos (proibidos no Brasil em 1946) e ficou fechado durante alguns anos. Somente em 1957 a edificação se tornou o MAP, local de realização do Salão Nacional de Arte Contemporânea de Belo Horizonte, um dos principais responsáveis por alimentar o acervo do museu.

Em 2010 a administração pública, através da Fundação Municipal de Cultura, entregou à cidade o inventário sistematizado do acervo do MAP. Nas palavras do então prefeito, “a Prefeitura de Belo Horizonte cumpre a importante missão de preservar e difundir a cultura brasileira. Democratizando as informações que permaneciam restritas, o livro abre as portas do MAP” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA, 2010, p. 1). Com um acervo à época de 1.665 peças, entre pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, e outros, o entendimento disseminado pela administração pública é o de que, a partir daquele momento, o MAP apresentaria aquilo que possui, garantindo acesso aos “pesquisadores”, aos “diálogos estéticos” e à “aproximação com o público” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA, 2010, p. 1).

Para os fins desta pesquisa, realizamos contatos com a direção de museus da Fundação Municipal de Cultura, com a coordenação de restauro e acervos do MAP, e buscamos documentos e arquivos públicos. A publicação *Entre salões*, lançada em 2010, foi um projeto idealizado por Luciana Bonadio e Janaína Melo, cujo propósito foi o levantamento do acervo encontrado no MAP.

Ao reunir a equipe do Museu da Pampulha, como também críticos de origens variadas na tentativa de selecionar as obras representativas daqueles períodos, os concursos promovidos pelos salões na capital mineira conseguiram cumprir importante papel de incentivar e difundir a produção cultural do país. O resultado do processo motivou a formação de boa parte do atual acervo de cerca de 1.400 obras do MAP e ainda gerou grande conhecimento no decorrer dos concursos (BELO HORIZONTE, 2010).

De maneira geral, há discrepância entre o que se propõe em documentos desenvolvidos em parceria com a sociedade civil (desde as políticas públicas/documentos) e o que se pratica na gestão. Não há ainda, por parte da gestão dos equipamentos, transparência e diretrizes claras sobre como se dão ou se darão os acessos aos acervos.

Atualmente o MAP possui acervo próprio de mais de 1.600 peças que não estão acessíveis ao público, seja para pesquisa ou para visita.

Fontes nos informaram que a criação de uma política de acesso está em andamento, sem difusão e/ou previsão de conclusão. A AML, o Acervo da Escola Guignard e o Acervo Alberto e Priscila Freire, como vimos, também não possuem suas políticas de acesso propagadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade se torna múltipla no acervo que acumula seus tempos, seus lugares, suas “urbanidades”, e se desvincula da ideia de que patrimônio e cidade estão associados a cenários. O acervo é o lugar em que a cidade se torna um artefato de seus artefatos. No entanto ela pode ser colocada fora do circuito da vida caso o acervo se torne um espaço inacessível. Ao ser reservado em uma instituição pública, o acervo deve ser pensado principalmente a partir da abertura em seu entorno, o que permitiria diminuir a distância de seus objetos para com o público. A abertura dos acervos requer, todavia, novas configurações, como a criação de políticas de acesso efetivas e a disponibilização do acervo em meio digital, que precisam ir além da divulgação das suas intenções futuras.

Com base nas políticas públicas voltadas para a cultura e para os museus, vimos que há um caminho sendo percorrido. Essas recentes políticas (em geral da última década) podem inspirar políticas particulares de acervos artísticos como os enfocados aqui neste trabalho. Reconhecemos as dificuldades encontradas pela gestão desses espaços, sobretudo calcadas na escassez de recursos. Também temos consciência de que com a difusão cada vez maior dos documentos supracitados para a população se tornará mais fácil para os cidadãos demandar do poder público a reserva de recursos em seus orçamentos para cumprimento do acesso ao patrimônio artístico disponível em suas cidades.

Em nosso estudo torna-se claro que os acervos artísticos estudados são patrimônio cultural. A partir de sua localização na cidade de Belo Horizonte pudemos, aqui, provocar uma aproximação entre cidade e acervos. Os acervos em si são aproximados neste início de nossa pesquisa primeiro com base em sua localização em uma mesma cidade. Em um segundo momento, nós os aproximamos a partir das relações entre as instâncias do poder público responsáveis.

O Acervo Artístico e Museológico da UEMG é de responsabilidade da UEMG (AMORIM, 2009), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia

e Ensino Superior (SECTES). A AML é vinculada à Secretaria de Cultura (SEC), também do Governo do Estado de Minas Gerais (ACADEMIA..., 2019). Já o MAP é vinculado à Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2015b). Mesmo que estejam sob secretarias ou instâncias diferentes do poder público, todos compartilham problemas aos quais o patrimônio cultural está sujeito quando sob a responsabilidade pública.

Como vimos na introdução deste trabalho, o nosso objetivo foi averiguar como (e se) os espaços acervísticos desenvolvem ou têm desenvolvido políticas de acesso em contextos locais (e também nacionais ou internacionais). Para alcançar tal objetivo, trouxemos três casos para estudo que até então não haviam sido analisados lado a lado. Se no início do artigo poderíamos ser questionados sobre o motivo de aproximarmos acervos com características museológicas tão diversas, agora fica claro que os problemas comuns que enfrentam possibilitam o seu estudo comparado. Os três acervos (da UEMG, do MAP e da AML) têm décadas de existência, mas ainda assim não praticam uma política clara e ampla de acesso.

Esperamos, com este início do trabalho e a continuidade da pesquisa, vislumbrar iniciativas de acesso aos acervos, bem como encontrar gestores e outros pesquisadores preocupados com esse acesso. Sabemos das limitações e reconhecemos que o período atual de transição das políticas no campo da cultura (não apenas no Brasil, mas na América Latina) tornam o nosso objeto particularmente móvel, em metamorfose. Isso apenas prova que – tal como a cidade onde se encontram – os acervos não deveriam ser “estátuas” ou monumentos estáticos na composição de cenários citadinos imóveis, ainda que não estejam plenamente à disposição do público, como nos casos aqui estudados. Os acervos são parte integrante da cidade e, ao mesmo tempo, compartilham de alguns dos seus aspectos, como o dinamismo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um dos resultados de pesquisa desenvolvida no Laboratório de Poéticas Fronteiriças, que foi apoiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) da UEMG, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem agradecemos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. *Casa da Palavra*: ocupação da Academia Mineira de Letras. Belo Horizonte, 2016a. Disponível em: <http://novosalic.cultura.gov.br/cidadao/dados-projeto?idPronac=501eac548e7d4fa987034573abc6e179MTkxNzkzZUA3NWVmUiEzNDUwb3RT>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. *Plano anual*. Belo Horizonte, 2016b. Disponível em: <http://novosalic.cultura.gov.br/cidadao/dados-projeto?idPronac=501eac548e7d4fa987034573abc6e179MTk4ODQ4ZUA3NWVmUiEzNDUwb3RT>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ACADEMIA Mineira de Letras. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://academiamineiradeletras.org.br/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

AMORIM, Zenir. *Projeto acervo artístico museológico Escola Guignard*. Belo Horizonte: Rona, 2009.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA. *Inventário*: Museu de Arte da Pampulha. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2010.

BELO HORIZONTE. Entre Salões é a nova publicação do Museu de Arte da Pampulha. *Prefeitura de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=42719&chPlc=42719>. Acesso em: 31 jul. 2016.

BELO HORIZONTE. Lei nº 10.854, de 16 de outubro de 2015. Institui o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte para o período de 2015 a 2025. *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, ano 21, n. 4909, 17 out. 2015a. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151469>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BELO HORIZONTE. Museu de arte da Pampulha (MAP). *Belo Horizonte surpreende*, Belo Horizonte, 8 out. 2015b. Disponível em: <http://belohorizonte.mg.gov.br/local/atrativos-turisticos/culturais-lazer/museu-de-arte-da-pampulha>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas. *Política Nacional de Museus*: memória e cidadania. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 ago. 2016.

BUZATTI, Lucas. MAP fechado para restauração. *O Tempo*, Contagem, 24 fev. 2016. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/map-fechado-para-restaura%C3%A7%C3%A3o-1.1241632>. Acesso em: 31 jul. 2016.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.

FESP. UEMG reafirma regularidade de credenciamento em audiência pública na ALMG. *Central de Notícias e eventos*, Passos, 4 mar. 2016. Disponível em: <http://www.fespemacao.fespmg.edu.br/post/2016/03/04/UEMG-reafirma-regularidade-de-credenciamento-em-Audiencia-publica-na-ALMG.aspx>. Acesso em: 31 jul. 2016.

GOBIRA, Pablo; CORRÊA, Fernanda; ALMEIDA, Karla Danitza de. Espaços da memória e política cultural na Universidade do Estado de Minas Gerais. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 101-120, 2015.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

OILIAM, José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Aula Aberta marca início de atividades da Escola Guignard na Chácara Santa Eulália. *Escola Guignard*, Belo Horizonte, 6 out. 2015. Disponível em: <http://www.guignard.uemg.br/noticia-detalle.php?id=7067>. Acesso em: 31 jul. 2016.

UNESCO. *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*. Paris, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2016.